

original. Item 23 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 728/2015, de autoria do Deputado Mauro Bragato, que dá a denominação de "José Gazzolla" ao pontilhão localizado no km 19+930m da Rodovia Orlando Quagliato - SP 327, em Santa Cruz do Rio Pardo. Foi relator o Deputado Rogério Nogueira, com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado e contrário ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Aprovado conclusivamente o substitutivo, conforme voto do relator, e prejudicado o projeto na forma original e prejudicado o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Item 24 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 901/2015, de autoria do Deputado Carlão Pignatari, que dá a denominação de "Estação Juventus/Mooca" à atual "Estação Mooca" da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, na Capital. Foi relator o Deputado Campos Machado, com voto favorável ao projeto. Aprovada conclusivamente a propositura, conforme voto do relator. Item 25 - Requerimento do Deputado Ricardo Madalena, que requer que a Comissão solicite à ARTESP as seguintes informações sobre as obras do Rodoanel Mario Covas - Trecho Leste que estão sob a responsabilidade da Concessionária SPMAR: 1) Contrato da ARTESP com a concessionária (objetos, valores, prazos e situação físico financeira), projeto, consultorias de apoio, execução de obras, demais contratos; 2) Situação atual das obras, principais alterações de projetos que ocorreram, reflexos financeiros das eventuais alterações; 3) Licenciamento Ambiental; 4) Quadro atual das desapropriações, valores efetivamente pagos por área, mapa dos cadastros/avaliações; 5) Qual o número de empregos diretos e indiretos gerados pelo empreendimento. Concedida vista ao Deputado Aldo Demarchi. Item 26 - Requerimento do Deputado Rogério Nogueira, que requer a convocação do Senhor Laurence Casagrande Lourenço, Presidente da Dersa, com o objetivo de prestar esclarecimentos e apresentar o cronograma físico e financeiro do trecho do Rodoanel Mario Covas, e valores das desapropriações com tamanho e áreas detalhadas. Concedida vista ao Deputado Aldo Demarchi. Item 27 - Requerimento do Deputado Marcos Neves, que requer a convocação do Senhor Giovanni Pengue Filho, Diretor Geral da ARTESP, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as 50 horas/ano de congestionamento nos trechos das Marginais, da Castelo Branco e também no Trecho Oeste do Rodoanel e quais atitudes estão sendo tomadas referente ao contrato da Concessionária. Concedida vista ao Deputado Aldo Demarchi. Item 28 - Requerimento do Deputado Ricardo Madalena, que requer a convocação do Senhor Giovanni Pengue Filho, Diretor Geral da ARTESP, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o processo interpelado pela ARTESP relacionado aos aditivos concedidos pelo Secretário Dário Rais, para as concessionárias de Rodovias de São Paulo no ano 2006. Concedida vista ao Deputado Aldo Demarchi. Item 29 - Requerimento do Deputado Alencar Santana Braga, que requer a convocação do Senhor Diretor de Licitações da CPTM, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o modelo e os descontos sobre as licitações de serviços de limpeza, segurança e demais serviços de mão de obra terceirizada. Concedida vista ao Deputado Aldo Demarchi. Item 30 - Requerimento do Deputado Roberto Moraes, que requer a convocação do Senhor Joaquim Lopes da Silva Júnior, Diretor Presidente da EMTU, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o cronograma de obras com o custo e desconto do Corredor Noroeste Metropolitano de Campinas. Concedida vista ao Deputado Aldo Demarchi. Item 31 - Requerimento do Deputado Aldo Demarchi, que requer a convocação do Senhor Marco Antonio Assalve, Diretor de Gestão Operacional Geral da EMTU, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as licitações das linhas intermunicipais e sobre a gratuidade. Concedida vista ao Deputado Ricardo Madalena. Item 32 - Requerimento do Deputado Itamar Borges, que requer a convocação do Senhor Silvio Ciampaglia, Presidente do SINICESP, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre os contratos firmados com o DER, Departamento de Estradas e Rodagem, pelas empresas associadas a este Sindicato, no período de 2010 até 2014. Concedida vista ao Deputado Aldo Demarchi. Item 33 - Requerimento da Deputada Beth Sáhão, que solicita que a Comissão requeira junto à ARTESP informações urgentes acerca da "possível" demissão de médicos socorristas nas rodovias pedagiadas. Concedida vista ao Deputado Aldo Demarchi. Item 34 - Requerimento do Deputado Alencar Santana Braga, para a convocação do Diretor-Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), a fim de prestar esclarecimentos sobre a inauguração da obra do corredor de ônibus Tucuruví-Taboão, ligando a Estação Tucuruví do Metrô ao Terminal do Taboão em Guarulhos, que se encontra ainda inacabada, mas teve inauguração oficial com a presença do Governador do Estado. Concedida vista ao Deputado Aldo Demarchi. Item 35 - Requerimento do Deputado Roberto Moraes, que requer a convocação do Senhor Emerson Bittar, Diretor Presidente da Concessionária Rodovias do Tietê, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre os seguintes itens: 1) Cronograma das obras do entorno de Piracicaba; 2) Cronograma das obras da duplicação da Rodovia do Açúcar no trecho entre Capivari e Salto. Concedida vista ao Deputado Aldo Demarchi. Pela ordem, o Deputado Roberto Engler disse que havia apresentado ao Senhor Presidente da Casa questão de ordem para que os projetos pudessem ser votados de forma englobada. Perguntou ao Senhor Presidente se havia recebido resposta sobre a questão. Após responder que ainda não havia recebido nenhuma resposta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Ademar Trindade Cruz, Analista Legislativo, lavrei e assino após o Senhor Presidente. Aprovada em reunião de 06/10/2015.

Deputado Orlando Morando - Presidente
Ademar Trindade Cruz - Secretário

Debates

29 DE SETEMBRO DE 2015 111ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO, ORLANDO BOLÇONE, FERNANDO CAPEZ, CARLÃO PIGNATARI
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão. Saúda a presença dos alunos do Colégio Porto Seguro, acompanhados do professor Dimar, a convite da deputada Célia Leão.
2 - LECI BRANDÃO
Discorre sobre o ensino religioso nas escolas. Crítica a tentativa de proibição dos chamados rolezinhos, em shopping centers. Afirma que a solução é a inclusão e não a segregação social.
3 - CORONEL TELHADA
Comenta a importância do canil da Polícia Militar para a Segurança Pública. Discorre sobre o que considera falhas na legislação penal brasileira.

4 - CARLOS GIANNAZI
Crítica diversas medidas do governo estadual em relação à Educação pública, as quais considerou neoliberais. Lista as supostas consequências destes atos para a população.
5 - ITAMAR BORGES
Discorre sobre sua experiência como prefeito de Santa Fé do Sul. Comenta pesquisa da revista "Istóé", sobre responsabilidade social entre os municípios brasileiros.
6 - CORONEL CAMILO
Alerta para o aumento dos crimes de explosão de caixas eletrônicos. Parabeniza a Polícia Militar pelo seu trabalho em prol da Segurança Pública.
7 - ORLANDO BOLÇONE
Assume a Presidência.
8 - JOOJI HATO
Discorre sobre questões de Saúde, no ensejo do Dia do Coração. Cita diversas atitudes que contribuem para uma vida mais saudável.
9 - WELSON GASPARINI
Declara-se alarmado com a afirmação do ministro da Saúde de que em 2016 faltarão recursos para o setor. Afirma que esta área é essencial e não pode ser objeto de cortes de verbas. Pede ao governo estadual e aos municípios que criem planos emergenciais para se evitar esse corte.
10 - JOOJI HATO
Assume a Presidência. Saúda a presença do professor Fernando Costa, presidente da Uniesp, a convite do deputado Campos Machado.
11 - ORLANDO BOLÇONE
Elogia a cidade de São José do Rio Preto pela recepção de refugiados sírios. Discorre sobre a importância desta ação.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, dá conhecimento de projeto de lei, de sua autoria, que obriga o Executivo a repor as perdas inflacionárias aos servidores públicos estaduais. Combate decreto baixado pelo governador, que proíbe a contratação de novos funcionários, bem como o reajuste salarial de servidores. Repudia a iniciativa, considerada prejudicial à categoria. Tece críticas ao PSDB.

13 - WELSON GASPARINI
Pelo art. 82 , discorre sobre a crise pela qual passa o Brasil. Manifesta apoio às políticas públicas do governador Geraldo Alckmin, a quem tece elogios. Avalia que honestidade, capacidade, idealismo e coragem são atributos necessários a gestores. Destaca a inauguração de uma Faculdade de Tecnologia e de outras três escolas estaduais, em Ribeirão Preto.

14 - WELSON GASPARINI
Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 16 horas e 30 minutos.
15 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Defere o pedido e suspende a sessão às 15h40min.
16 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h33min.

ORDEM DO DIA

17 - CAMPOS MACHADO
Para reclamação, faz indagação sobre o andamento dos trabalhos.
18 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Suspende a sessão, por conveniência da Ordem, às 16h34min, reabrindo-a às 16h35min. Coloca em votação o PL 1189/15.
19 - CAMPOS MACHADO
Para reclamação, reitera seu posicionamento acerca do andamento da presente sessão.
20 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Responde ao deputado Campos Machado.
21 - CAMPOS MACHADO
Encaminha a votação do PL 1189/15, em nome do PTB.
22 - CAMPOS MACHADO
Para Questão de Ordem, inquire acerca da legalidade em se colocar o PR 3/15 em votação, sem o correspondente parecer da Mesa. Questiona o motivo de o PR 20/15, que trata de tema similar e já apresenta parecer favorável, não ter sido ainda submetido à votação.
23 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Informa que responderá em momento oportuno.
24 - RAUL MARCELO
Encaminha a votação do PL 1189/15, em nome do PSOL.
25 - CAMPOS MACHADO
Solicita a prorrogação da sessão por 1 hora e 20 minutos.
26 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Anota o pedido.
27 - CARLÃO PIGNATARI
Assume a Presidência.
28 - JOÃO PAULO RILLO
Encaminha a votação do PL 1189/15, em nome do PT.
29 - TEONILIO BARBA
Encaminha a votação do PL 1189/15, em nome da Minoria.
30 - DAVI ZAIA
Encaminha a votação do PL 1189/15, em nome do PPS.
31 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Assume a Presidência. Coloca em votação e declara aprovado o PL 1189/15, salvo emendas.

32 - CARLOS CEZAR
Requer verificação de votação.
33 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
34 - CARLOS GIANNAZI
Declara que a bancada do PSOL está em obstrução ao processo de votação.
35 - ATILA JACOMUSSI
Declara que a bancada do PCdoB está em obstrução ao processo de votação.
36 - LUIZ CARLOS GONDIM
Declara que a bancada do SD está em obstrução ao processo de votação.
37 - CARLOS CEZAR
Declara que a bancada do PSB está em obstrução ao processo de votação.
38 - JORGE CARUSO
Declara que a bancada do PMDB está em obstrução ao processo de votação.
39 - PAULO CORREA JR
Declara que a bancada do PEN está em obstrução ao processo de votação.
40 - MARCOS NEVES
Declara que a bancada do PV está em obstrução ao processo de votação.
41 - IGOR SOARES
Declara que a bancada do PTN está em obstrução ao processo de votação.
42 - DAVI ZAIA
Declara que a bancada do PPS está em obstrução ao processo de votação.
43 - MÁRCIO CAMARGO
Declara que a bancada do PSC está em obstrução ao processo de votação.
44 - CORONEL CAMILO
Declara que a bancada do PSD está em obstrução ao processo de votação.
45 - MARCOS DAMASIO
Declara que a bancada do PR está em obstrução ao processo de votação.

46 - ESTEVAM GALVÃO
Declara que a bancada do DEM está em obstrução ao processo de votação.
47 - DELEGADO OLIM
Declara que a bancada do PP está em obstrução ao processo de votação.
48 - GERALDO CRUZ
Declara que a bancada do PT está em obstrução ao processo de votação.
49 - GILENO GOMES
Declara que a bancada do PSL está em obstrução ao processo de votação.
50 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Registra as manifestações.
51 - CAMPOS MACHADO
Para comunicação, formula questão sobre o andamento da sessão.
52 - JORGE CARUSO
Para comunicação, faz questionamento sobre o processo de verificação de votação.
53 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Esclarece as dúvidas dos deputados. Anuncia o resultado da verificação de votação, que não atinge quorum regimental, ficando adiada a votação.
54 - CAMPOS MACHADO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
55 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido. Convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 30/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.
* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência gostaria de saudar o Colégio Porto Seguro através dos alunos que hoje visitam a Assembleia Legislativa, juntamente com o professor Dimar, a convite da nobre deputada Célia Leão.

Em nome de todos os deputados, esta Presidência deseja a todos uma feliz estada nesta Casa e solicita uma salva de palmas aos ilustres visitantes. (Palmas.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela TV Assembleia, hoje venho falar sobre dois assuntos que me são muito caros: educação e cidadania.

No sábado, 26, o jornal “Folha de S. Paulo” trouxe uma matéria sobre uma proposta de currículo nacional apresentada pelo Ministério da Educação. Segundo o jornal, a proposta faz uma crítica ao ensino religioso nas escolas públicas e defende a necessidade de garantir a liberdade de expressão religiosa e não religiosa em sala de aula. “O ensino religioso não pode ser concebido como o ensino de uma religião ou das religiões da escola”, afirma o documento. Ele aponta que, diante da diversidade presente no ambiente escolar, é preciso erradicar práticas que tentam sobrepor uma cultura ou religião em detrimento de outras.

Como todos sabem, e faço questão de reafirmar, sou uma pessoa religiosa. Sigo uma determinada religião, mas, acima de tudo, respeito todas as outras. É inaceitável pensarmos em uma educação que obrigue todas as pessoas a receberem a mesma formação religiosa, desrespeitando o direito daquelas que não professam nenhuma religião ou que fizeram opção por uma religião completamente diferente daquela que será ensinada na escola.

Se o ensino na escola não for totalmente laico e abordar o tema das religiões a partir da filosofia, da sociologia ou da história, teremos uma religião se sobressaindo em relação às demais, e isso não podemos permitir, sob o risco de ferirmos um direito fundamental garantido pela nossa Constituição.

Também quero chamar a atenção para outra matéria publicada na “Folha de S. Paulo”, que fala da proibição dos “rolezinhos” em shoppings, que vem fracassando na Justiça.

Desde que os “rolezinhos” ficaram conhecidos, shoppings de São Paulo têm recorrido à Justiça para tentar proibir encontros de jovens da periferia em seus corredores, mas essa estratégia tem falhado. Essa notícia nos dá certa esperança, porque significa que, em certa medida, o Judiciário compreende que não pode proibir o livre direito de ir e vir das pessoas.

Proibir vviamente os jovens de frequentar os shoppings porque eles vêm da periferia é negar a eles o pleno exercício da cidadania e aí eu não poderia deixar de fazer um paralelo com o que tem acontecido no Rio de Janeiro, minha cidade natal, onde a polícia tem impedido os jovens das favelas de irem às praias. Isso é um absurdo.

Ou seja, a exclusão de jovens negros e pobres que vivem nas periferias de nossas cidades só se acentua. Em vez de pensar em inclusão, o poder público só pensa em medidas que separam, excluem e dividem nossa população em cidadãos e excluídos.

Algo muito errado está acontecendo, e não podemos deixar de pensar que ações como essas, de impedir o livre acesso das pessoas aos espaços públicos e de ter uma escola que impõe um modelo único de cultura e de religião são faces de um mesmo problema e estão construindo uma sociedade cada vez mais violenta, intolerante e desigual.

Excelentíssimo deputado Coronel Telhada, eu tive a oportunidade de citar o nome de V. Exa. porque tive que explicar outro dia em uma comissão a questão dos “pancadões”. Entendemos que as pessoas devem ter liberdade para exercer sua cultura musical, mas deve haver certo regulamento, e sabemos que corre pela Casa um projeto que define horário para que eles comecem e horário para que terminem.

Não é que sejamos contra, mas sabemos que as famílias têm reclamado bastante por não poderem dormir mais, crianças pequenas não conseguem dormir pelo excesso de barulho. Ninguém está proibindo ninguém de exercer sua liberdade, o que queremos é que haja reciprocidade de respeito. Por isso citei o nome de V. Exa. e o nome do Coronel Camilo sobre a questão desse projeto.

Temos, inclusive, projeto nesta Casa para enxergar o funk como movimento musical e cultural do estado de São Paulo. Acho que se houver diálogo, explicação, coerência e bom senso, tudo se ajusta neste País e neste Estado, o que não podemos é deixar que ocorram exageros. E nessa questão do “rolezinho” vemos uma leitura um pouco discriminatória. Acho que a questão não é os jovens estarem no shopping, mas o tipo de jovem que está no shopping, é por isso que nos manifestamos.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia Legislativa, jovens do colégio Porto Seguro aqui presentes - sejam bem vindos -, senhores professores - muito obrigado pela presença -, telespectadores da TV Assembleia, hoje venho a esta tribuna fazer notório aos senhores deputados que, pela manhã, estivemos no canil da Polícia Militar, na região do Barro Branco, no alto de Santana, onde foram comemorados os 65 anos da criação do canil da Polícia Militar.

Hoje, o canil é uma companhia de polícia, comandada por um capitão, o capitão Farah, e pertence ao 3º Batalhão da Polícia de Choque. É do conhecimento de toda a população o inestimável serviço que o Canil da Polícia Militar presta à Segurança pública, através do seu efetivo de homens e mulheres que acabam trabalhando junto com os cães, normalmente cães pastores. Trabalham não só no policiamento ostensivo, mas também no combate ao tráfico de entorpecentes, através dos cães farejadores, e em vários acidentes, onde às vezes temos pessoas desaparecidas, soterradas. E esses cães prestam um serviço inestimável à Segurança pública do estado de São Paulo. Hoje, o terceiro batalhão é comandado pelo coronel Joselito. Foi um prazer estarmos lá - eu e o deputado Coronel Camilo - representando os outros 92 deputados nesse evento junto ao terceiro batalhão de polícia de choque. O canil da Polícia Militar, um dos mais antigos do Brasil, foi criado há 65 anos e tem prestado um serviço inestimável à Segurança pública.

Também trago ao conhecimento público que a Polícia Militar tem trabalhado forte no combate à criminalidade. O secretário da Segurança pública, em discurso hoje lá no canil, enfatizou a participação ativa no combate ao crime. Hoje, em São Paulo, temos um índice abaixo do proposto pela ONU; estamos abaixo de 10 homicídios por 100 mil pessoas. É verdade que o número ainda é alto, tendo em vista o estado ser muito grande: são aproximadamente 44 milhões de pessoas em São Paulo. Mesmo assim, temos um índice muito abaixo do esperado. Talvez se possa dizer que é um dos menores índices de homicídio do Brasil. E os índices de roubo, roubo a cargas e furto também têm caído.

Temos trabalhado forte aqui na Assembleia Legislativa no intuito de apoiar a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Técnico-Científica, a Secretaria de Administração Penitenciária e as Guardas Cívicas Municipais, que se encontram em mais de 180 municípios do Estado; enfim, apoiamos todos os órgãos de Segurança. Precisamos do apoio de todos os deputados nas causas da Polícia Militar para que tenhamos uma Segurança mais eficiente e eficaz. A Segurança pública é feita todo dia, pois o crime inova todo dia. Muitas falhas na Segurança ocorrem por falta de medidas do governo federal: não temos fronteiras policiadas, não temos uma lei que realmente aja contra o criminoso. Infelizmente, nossa lei é muito branda com o crime, favorecendo que o criminoso muitas vezes seja visto como vítima. Isso faz com que a população sofra. O Brasil é um dos poucos países no mundo onde temos visita íntima para o preso, o que é um absurdo. Só no Brasil vemos essas coisas. Aqui, o indivíduo mata pai e mãe, participa de crimes hediondos, e depois tem direito a indulto de natal, dia dos pais, dia das mães, mesmo que às vezes nem tenha mais mãe. Isso justamente mostra que, se não mudarmos nossa lei, o crime compensa neste País.

A polícia trabalha, prende, mas infelizmente a Justiça não consegue manter esses indivíduos encarcerados, porque a lei permite uma série de situações que permitem a um indivíduo perigoso voltar às ruas. Estive semana passada num debate sobre roubos em caixa eletrônica, e o delegado Fábio, da Divcar, falava sobre roubo de quadrilhas. Uma delas foi presa, e em menos de três anos já estava na rua novamente, em liberdade condicional, praticando os mesmos crimes. Nossa lei é muito branda, precisa ser revista. Precisamos agir com mais rigor contra o crime; caso contrário, nós mesmos seremos as vítimas de nossa falta de atitude mais enérgica contra aqueles que aterrorizam a sociedade paulista. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, venho a esta tribuna, primeiramente, para manifestar nossa perplexidade, nosso repúdio e nossa preocupação com o anúncio feito pela Secretaria Estadual de Educação em relação ao projeto de reestruturação da rede estadual de ensino.

Na prática, isso vai provocar uma espécie de abalo sísmico na rede estadual de ensino, prejudicando alunos, professores, funcionários e, sobretudo, as famílias desses alunos. Já assistimos essa reorganização, essa novela. Esse programa já foi implantado na década de 90 na rede estadual de ensino pela ex-secretária da Educação tucana, Rose Neubauer, que já tinha na época colocado em curso a reestruturação da rede, que prejudicou muitos alunos, famílias e professores.

Agora, em um momento de ajuste fiscal, o secretário da Educação do Governo do Estado pretende também cortar os recursos da Educação. Eles inventaram essa história, mas na verdade apenas resgataram o projeto dos anos 90, anos do neoliberalismo, do estado mínimo, das privatizações, quando essa corrente econômica e política havia sido implantada em todo Brasil. Era o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Agora, para economizar recursos - economizar entre aspas - para o estado, para cortar as verbas da Educação e evitar o investimento em Educação pública, como não tem nenhum projeto para a Educação, o governo agora não vai dar reajuste salarial. Ao mesmo tempo em que anunciou a reestruturação, ele também já anunciou o reajuste zero para todos os servidores da Educação, dizendo que não vão cumprir a data-base salarial.